



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2017

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA: 29/11/2017

HORÁRIO: 14:00 HORAS

LOCAL: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento e montagem de mobiliário para os prédios deste Tribunal.

EDITAL

- 1 - DO OBJETO**
- 2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**
- 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**
- 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**
- 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 8 - DA HABILITAÇÃO**
- 9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
- 10 - DOS RECURSOS**
- 11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 14 - DA VIGÊNCIA**
- 15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**
- 16 - DO PEDIDO**
- 17 - DO CONTRATO**
- 18 - DA ENTREGA**
- 19 - DA FISCALIZAÇÃO**
- 20 - DO PAGAMENTO**
- 21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 23 - DO FORO**

ANEXOS: A - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
B - MINUTA DA ATA
C - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
D - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005
E - DESENHOS

ESCLARECIMENTOS: em até 3 dias úteis anteriores à abertura, pelo e-mail licita@trtsp.jus.br



O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, pelo Sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, que será regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002, pelo Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, e condições estabelecidas no presente **EDITAL** e em seus anexos, de acordo com o que consta do Processo **PROAD nº 15.902/2017 e Pregão Eletrônico n.º 104/2017**.

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO é o **Registro de Preços para fornecimento e montagem de mobiliário para os prédios deste Tribunal**, conforme especificações contidas neste edital e em seus anexos.

1.2 - O licitante deverá informar no Sistema Comprasnet, no ato de registro da proposta, a **Referência** do produto ofertado (código ou informações utilizados pelo fabricante para individualizar o produto perante os demais), bem como a sua **Marca**.

1.3 - Por ocasião da entrega de cada pedido de mobiliário, poderá ser escolhida aleatoriamente uma amostra de cada item do lote fornecido para ser enviada para análise ao **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT** ou a outras entidades, públicas ou privadas, que sejam acreditadas e tenham inquestionável reputação ético-profissional. Caso os Relatórios de Ensaios Técnicos ou Certificados de Calibração emitidos pelo IPT, ou por outras entidades, estabeleçam divergência da descrição ofertada pelo licitante na proposta aceita, poderá haver as seguintes consequências:

1.3.1 - No prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do relatório da entidade, o licitante deverá substituir todo o material entregue por outro que esteja de acordo a descrição determinada neste Edital, sob pena de cancelamento da Nota de Empenho;

1.3.2 - Penalidades determinadas por este edital de acordo com a divergência estabelecida pelo Relatório do IPT, ou por outras entidades. Comprovado dolo e/ou má-fé, a sanção correspondente será aplicada no máximo previsto se não representar ofensa à razoabilidade/proporcionalidade; bem como comunicação ao Ministério Público Federal para sanções penais cabíveis;

1.3.3 - O **fornecedor arcará com todos os custos** oriundos da análise realizada pelo IPT, ou por outras entidades, qualquer que seja o resultado do relatório, inclusive o envio dos materiais, bem como com os materiais enviados e danificados em virtude do natural ensaio realizado pela entidade.

1.4 - Todos os produtos ofertados deverão estar em conformidade, no que couber, com a NR17 do Ministério do Trabalho e as normas NBR 13961/10, 13964/03, 13966/08, 13967/09, 14043/98, 14044/98, 14046/98, 14048/98, 14049/03, 14113/98 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.5 - O prazo de **garantia** deverá ser pelo menos de **5 (cinco) anos**, sob responsabilidade exclusiva do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, conforme Termo de Garantia do Fornecedor (Anexo A.I).



1.6 - Materiais estrangeiros poderão ser fornecidos quando possuírem representantes oficiais credenciados no Brasil e quando assegurada pelo fabricante a disponibilidade de peças de reposição, assistência técnica e garantia pelo período mínimo de 5 anos em território nacional.

1.7 - Os licitantes estarão sujeitos às penalidades do Título 12 pelo descumprimento de exigências editalícias, inclusive na fase de aceitação das propostas.

1.8 - Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no site Compras Governamentais e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e de seus anexos, bem como as empresas que não possuem condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e que não tenham sido consideradas inidôneas e suspensas, sendo verificado eventual descumprimento das vedações, em nome da sociedade empresarial licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:

2.1.1 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.1.2 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

2.1.3 – Cadastro das Empresas Inidôneas e Inabilitadas, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no endereço eletrônico portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas.

2.2 - A participação das empresas nesta licitação corresponderá, automaticamente, à indicação de que não existem fatos impeditivos para sua habilitação e à ciência da obrigatoriedade de declarar, a qualquer tempo, quaisquer ocorrências supervenientes que as inabilitem.

2.3 - Caso o faturamento ultrapasse o máximo permitido como condição para utilização das prerrogativas dispostas na Lei Complementar nº 123/06, conforme subitem 20.11.1, o licitante será desclassificado e estará sujeito às penalidades dispostas no Título Das Sanções Administrativas.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico – **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET**, <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0800-9782329 – **COMPRASNET**.

3.3 - O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.



3.4 - Para cadastrar-se no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o interessado deverá preencher os formulários previstos na Instrução Normativa IN MARE nº 05/95 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações, e entregá-los, juntamente aos documentos solicitados, em uma das Unidades Cadastradoras – UASG.

3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§ 6º do art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º do art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6.1 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - Os licitantes credenciados deverão inserir suas propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico - COMPRASNET, na tela reservada para este fim, denominada CADASTRAMENTO DE PROPOSTA, até a data e o horário limite definidos para abertura das propostas de preços.

4.2 - Como requisito para a participação neste Pregão Eletrônico o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento das condições contidas no edital e em seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.3 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e sua proposta, conforme estabelece o inciso III do art. 13 do Decreto nº 5.450/2005.

4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme estabelece o inciso IV do art. 13 do Decreto nº 5.450/2005.

4.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas, conforme disposto no parágrafo terceiro do art. 21 do Decreto nº 5.450/2005.

4.6 - Nos valores propostos deverão estar todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte ou terceiros, seguros, quaisquer taxas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital, bem como quaisquer vantagens ou lucro a ser obtido pela empresa.

4.7 - A quantidade cotada deverá ser a quantidade total registrada.

4.8 - Fica vedado o acréscimo dos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - A partir das **14h** do dia **29/11/2017** terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 104/2017**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas de acordo com o Decreto n.º 5.450/2005.

6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - Só serão aceitos os lances em reais cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido ofertado pelo mesmo licitante e registrado pelo sistema.

6.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.5.1 - O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, na forma do estabelecido no art. 24, § 11, do Decreto n.º 5.450/05.

6.6 - A sessão do Pregão terá início após a análise das propostas e da confirmação de abertura, no sistema eletrônico, pelo(a) Pregoeiro(a). A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 - O critério para o julgamento das propostas será o de **menor preço global**.

7.1.1 - É obrigatória a cotação de todos os itens.

7.2 - Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do lance de **MENOR PREÇO GLOBAL**, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.3 - O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.4 - O licitante melhor colocado deverá enviar, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos” – no prazo de **2 (duas) horas**, sua proposta com o valor final praticado na sessão em conformidade com o Anexo C do Edital, **assinada pelo representante da empresa**, contadas da solicitação



feita pelo(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de desclassificação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste Edital.

7.4.1 - Juntamente à proposta, deverão ser anexados:

7.4.1.1 – Catálogo/folder/ ou informativo técnico do produto para verificação dos requisitos exigidas no edital.

7.4.1.2 - Comprovante de Registro **do fabricante dos materiais acabados** no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade **válido**, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013.

7.4.1.3 - Certificação Florestal de cadeia de custódia válida, em nome do fabricante dos materiais acabados (referência: FSC, Cerflor).

7.4.1.4 - Declaração, na forma do Anexo D, de cumprimento à Resolução nº 7 do CNJ, de 18/10/2005.

7.4.2 - Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "convocar anexo" do Comprasnet, a critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico licita@trtsp.jus.br.

7.4.3 - Verificada a proposta, a empresa de melhor lance deverá encaminhar **amostras** DE MADEIRA, REVESTIMENTOS E MOBILIÁRIO, para cada um dos itens abaixo, para que seja verificado se o material atende às especificações e características exigidas. As amostras deverão ser entregues na Seção de Almoxarifado, Rua Pe. Luiz Alves de Siqueira, 640, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP: 01137-040, nos dias úteis, no horário das 8h às 15h, em até **5 dias úteis**, contados da solicitação do(a) Pregoeiro(a):

7.4.3.1 - Amostra de madeira, medindo aproximadamente 0,30 x 0,30 m, com espessura de 25mm, com revestimento em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, com uma das bordas arredondada a 180° em perfil de PVC maciço com 25mm de espessura na cor da lâmina, e uma das bordas reta em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na cor argila; as demais bordas deverão estar aparentes para verificação do miolo da chapa;

7.4.3.2 - Uma unidade da Mesa de Datilógrafo (MAD), em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, idêntica à descrição da Especificação;

7.4.3.3 - Uma unidade de amostra da Mesa de Copa (MC), em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, idêntica à descrição da Especificação;

7.4.3.4 - Uma unidade de amostra do Armário Alto Prateleira (AA1), em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, idêntica à descrição da Especificação;

7.4.3.5 - Uma unidade de amostra do Armário para Juiz (AJ), em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, idêntica à descrição da Especificação;

7.4.3.6 - Uma unidade de amostra do Módulo para Audiência (MA), em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, idêntica à descrição da Especificação;

7.4.3.7 - Uma unidade de amostra de Balcão de Atendimento (BA1), em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, idêntica à descrição da Especificação.



7.4.3.8 - Em caso de reprovação, o licitante deverá retirar suas **amostras** em até 20 (vinte) dias, contados da cientificação da reprovação pelo Pregoeiro no Comprasnet. Após este prazo, este Tribunal descartará os materiais.

7.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.5.1 - Neste caso, a empresa de melhor lance deverá anexar **em até 2 (duas) horas contadas do pedido do(a) Pregoeiro(a)** a proposta de acordo com o item 7.4 e toda a documentação disposta em seus subitens, respeitando, inclusive, o prazo estipulado para a apresentação de **amostras**.

7.6 - Nas situações previstas nos itens 7.2 e 7.5, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o licitante, para que seja obtido preço melhor.

7.6.1 - A pedido do(a) Pregoeiro(a), o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

7.7 - Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste Pregão Eletrônico, bem como aquelas que se manifestarem inexecutáveis, nos termos do art. 48 da Lei n.º 8.666/93.

7.8 - Durante o período de análise das propostas só serão permitidos questionamentos pelo *e-mail* licita@trtsp.jus.br.

7.9 - O prazo de **validade da proposta** será de **60 (sessenta) dias** contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Após a aceitação de sua proposta, o licitante deverá enviar sua documentação de habilitação, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, no prazo de **2 (duas) horas**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de inabilitação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste Edital. Será habilitada a empresa que:

8.1.1 - Possuir declaração de situação emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF constando **NÍVEIS VALIDADOS I, II, III, IV e seus respectivos DOCUMENTOS COM PRAZOS VIGENTES**.

8.1.1.1 - O(A) Pregoeiro(a) realizará consulta *online* nos sítios eletrônicos correspondentes quando verificado que os níveis I, II, III ou IV encontram-se vencidos no SICAF, a fim de validá-lo. Caso a validação eletrônica não seja possível, o licitante deverá encaminhar o documento original ou cópia autenticada no prazo previsto no subitem 8.3 deste edital.

8.1.2 - Não constar do **Banco Nacional de Devedores Trabalhistas**, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.



8.1.3 - Firmar declaração de **cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** em campo próprio do sistema eletrônico, em que declare, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.2 - Quanto ao cumprimento aos dispostos nos subitens 8.1.1 a 8.1.3, a habilitação do licitante vencedor será verificada *online*.

8.3 - Qualquer documentação emitida por terceiros **deverá ser encaminhada imediatamente após solicitação do(a) Pregoeiro(a) via sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”**, com encaminhamento do original ou da cópia autenticada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para o endereço abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
“PREGÃO ELETRÔNICO N.º 104/2017” - DOCUMENTAÇÃO
AVENIDA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, N.º 121 - BLOCO A - 7º ANDAR
BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP: 01139-001

8.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste edital e em seus anexos.

8.5 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor.

8.6 - Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no inciso XII do art. 30 do Decreto n.º 5.450/2005.

8.7 - O licitante deverá manter a situação apresentada, quando de sua habilitação, até o término da contratação, sujeitando-se às sanções correspondentes.

9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório de Pregão, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

9.2 - Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Seção responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - É admissível a manifestação de intenção de interposição de recurso contra alguma decisão do(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, realizada **exclusivamente** no âmbito do sistema eletrônico,



devendo o licitante registrar os motivos de sua manifestação no campo denominado REGISTRAR RECURSO.

10.1.1 - Não será aceita intenção de recurso ou manifestação de recurso fora do sistema Comprasnet.

10.2 - Após o encerramento da sessão pública, será concedido ao licitante que manifestou a intenção de interpor recurso o prazo de 3 (três) dias para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

10.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Compras e Licitações, Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, Telefone (11) 3150-2000 ramal 2804.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso (inciso IX do art. 11 do Decreto n.º 5.450/05).

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) Pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente (inciso V do art. 8º e art. 27 do Decreto n.º 5.450/05).

11.3 - Após a homologação da licitação, serão incluídos, na respectiva Ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, os licitantes estarão sujeitos à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF por até 5 (cinco) anos, quando:

12.1.1 - Na fase de aceitação das propostas, após convocação, deixarem de enviar a proposta, amostra ou quaisquer documentos comprobatórios das exigências editalícias;

12.1.2 - Houver recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido;

12.1.3 - Comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude.

12.2 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, a unidade fiscalizadora informará a gravidade da infração, sugerindo a aplicação ao contratado, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, das seguintes penalidades:

12.2.1 - Advertência;

12.2.2 - Multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor do item empenhado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações que envolvam a observância de prazos. Após o prazo de 15



(quinze) dias de atraso, sem motivo justificado, o empenho e o registro do fornecedor poderão, a critério do Órgão, ser cancelados, e aplicada cumulativamente a multa rescisória;

12.2.3 - Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total dos empenhos recebidos pelo fornecedor, por fato que importe inexecução não relacionada a descumprimento de prazos ou que não enseje rescisão da contratação;

12.2.4 - Multa rescisória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total dos empenhos recebidos pelo fornecedor pela inexecução total ou parcial da obrigação, conforme teor do inciso II do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, além da anulação do saldo de empenho, sem prejuízo do cancelamento do registro do fornecedor.

12.3 - A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com a União poderá ser aplicada ao adjudicatário juntamente à de multa. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

12.4 - As multas previstas neste Edital, se aplicadas, poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura o adjudicatário tenha direito.

12.5 - Caso, inexistentes pagamentos, o adjudicatário deverá recolher as multas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, através de GRU – Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante a este Tribunal, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

12.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação da licitação, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado por escrito para, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, retirar e devolver a Ata de Registro de Preços devidamente assinada por representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, na forma da minuta anexa a este edital, adaptada à proposta vencedora e o registro de preços observará:

13.1.1 - A pessoa autorizada pelo adjudicatário a proceder à assinatura da Ata deverá obrigatoriamente apresentar, no ato, cópia autenticada da cédula de identidade e do Contrato Social ou documentos equivalentes. Caso o representante não seja sócio administrador ou proprietário, deverá apresentar, também, a procuração autenticada outorgada pela empresa.

13.1.2 - Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

13.2 - O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito e ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.



13.3 - A recusa injustificada do(s) licitante(s) classificado(s) em assinar(em) a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

13.4 - A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir.

13.5 - Caso o fornecedor registrado alegue, antes do recebimento da Nota de Empenho, motivo superveniente que torne o preço de mercado superior ao preço registrado e que o impeça de cumprir o compromisso assumido, comprovando por todos os meios hábeis as causas que ensejaram o desequilíbrio, o Órgão Gerenciador convocará, obedecida a ordem de classificação original, os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva para contratarem pelo PREÇO INICIALMENTE REGISTRADO.

13.5.1 - Não havendo fornecedores incluídos no Cadastro de Reserva que assumam a contratação, estes serão liberados do compromisso sem aplicação de penalidade, e os preços inicialmente registrados poderão ser revistos.

13.5.2 - Não logrando êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14 - DA VIGÊNCIA

14.1 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

15.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado por determinação do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002

15.1.1 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras a, b e d será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.1.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

15.1.2.1 - por razão de interesse público; ou

15.1.2.2 - a pedido do fornecedor.



16 - DO PEDIDO

16.1 - O pedido de fornecimento, em quantidade não inferior ao mínimo estipulado no Anexo A - Especificação do Objeto, será efetuado mediante a comunicação formal.

17 - DO CONTRATO

17.1 - Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, passando a ter força de contrato a Nota de Empenho observadas as especificações deste edital, de seus Anexos e da Proposta de Preços do adjudicatário.

18 - DA ENTREGA

18.1 - A entrega e a montagem do mobiliário deverão ser efetuadas pela CONTRATADA em cada local, conforme layouts, endereços e datas a serem definidos pelo CONTRATANTE, no prazo **30 (trinta) dias corridos**, a partir da data do recebimento da confirmação do pedido.

18.1.1 - O Termo de Garantia de Fornecedor, conforme Anexo A.I, deverá vir acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica de entrega dos materiais.

18.1.2 - A entrega com atraso sujeitará ao contratado à multa moratória prevista no Título 12. A área requisitante se reserva o direito de recusar o recebimento quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias, caso em que o contratado poderá incorrer na multa rescisória prevista no Título 12.

18.2 - Serão sumariamente indeferidos quaisquer pedidos de dilação de prazo, exceto nos casos previstos em lei devidamente justificados e documentados.

18.3 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

18.3.1 - **provisoriamente**, após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação, sendo conferida tão somente a quantidade de volumes descrita na Nota Fiscal;

18.3.2 - **definitivamente**, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratados. Qualquer dano, defeito, vício oculto ou aparente, de qualidade ou quantidade, verificado posteriormente, será acionada a garantia.

18.4 - O adjudicatário compromete-se a regularizar situação, que porventura ocorra, quanto à substituição, troca ou reposição do objeto entregue com incorreção ou em desacordo com as especificações pactuadas, **sem ônus** ao Órgão.

18.4.1 - A entrega do correto objeto deverá ser realizada no prazo máximo de **05 (três) dias úteis** contados do recebimento da notificação, para posterior retirada daquele entregue erroneamente.

18.5 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos deste Edital e de seus Anexos.

18.6 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após notificação por escrito do contratado, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.



19 - DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - A fiscalização realizará o acompanhamento das entregas, avaliação dos materiais, das ocorrências e a gravidade de eventuais infrações e as informará à Coordenadoria de Compras e Licitações para o processamento das penalidades.

19.2 - Não obstante o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pela execução do objeto, o Tribunal reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as entregas.

19.3 - A fiscalização do Tribunal poderá suspender qualquer fornecimento no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, de seus equipamentos, de seu patrimônio ou de terceiros.

19.4 - A suspensão do fornecimento, motivada por condição de insegurança, na qual se verifique a inobservância, pelo contratado, das normas vigentes e demais disposições da presente contratação, não o eximirá da incidência de multas por atraso e demais penalidades previstas no instrumento convocatório.

20 - DO PAGAMENTO

20.1 - O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento definitivo dos produtos, mediante o recebimento da respectiva Nota Fiscal Eletrônica certificada pela fiscalização do Órgão.

20.2 - Quando do pagamento a ser efetuado, o adjudicatário deverá comprovar sua Regularidade Fiscal Federal no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, FGTS, INSS e CNDT).

20.2.1 - Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de pagamento e o contratado será notificado para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

20.3 - O pagamento será creditado em favor do contratado por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

20.3.1 - O Órgão poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste Título.

20.4 - Sobre o valor faturado, será retido na fonte o correspondente ao Imposto sobre a Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, com as alterações.

20.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional, receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012.

20.6 - A empresa optante pelo regime do Simples Nacional, deverá encaminhar, anexa à primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação da manutenção de sua situação jurídica, a declaração constante do Anexo IV daquela Instrução Normativa, em duas vias, assinadas pelo representante legal.

20.7 - Caso a empresa vencedora do certame, optante pelo Simples Nacional, não apresente a declaração indicada na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012 ou a envie em



desacordo com o seu Anexo IV, sofrerá retenção na fonte do correspondente ao Imposto sobre a Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e contribuição para o PIS/PASEP, conforme o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, com as alterações e demais encargos legais.

20.8 - Sob pena de aplicação das penalidades legais, a empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá, em caso de alteração desta condição, comunicar imediatamente ao Órgão.

20.9 - Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente Ordem Bancária em favor da contratada.

20.10 - Quando legalmente exigido, o Órgão fará a retenção na fonte e o respectivo recolhimento de outros tributos e contribuições.

21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a ao Órgão Gerenciador na Lei Orçamentária nº 13.414, de 10/01/2017, publicada no D.O.U. em 11/01/2017, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035, natureza de despesa 4.4.9.0.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e, nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - As empresas participantes deverão manter atualizados seu endereço, *e-mail* e número telefônico junto ao SICAF, a partir da data definida para sessão de abertura das propostas de preços. A impossibilidade de contato sujeitará a empresa às penalidades constantes no Título 12.

22.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

22.3 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

22.4 - Toda comunicação oficial ocorrerá, preferencialmente, por *e-mail* ou por publicação, nos termos da legislação.

22.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao procedimento licitatório deverão ser enviados **em até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

22.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da adjudicação.

22.7 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo, desde a realização da sessão pública.



22.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Órgão.

22.9 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.10 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

22.11 - Aplicar-se-ão durante a realização do certame, até a identificação do licitante vencedor, as disposições contidas nos artigos 42 a 45 e 3º a 5º, respectivamente, da Lei Complementar n.º 123/06 e do Decreto n.º 6.204/07.

22.11.1 - Caso o **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data em que a proposta for anexada no Comprasnet, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

22.12 - A empresa deverá atentar para a Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações.

22.13 - Havendo discrepância entre disposições do edital e de seus anexos, quanto à disciplina de situações idênticas, prevalecerão as do edital. Caso a discrepância ocorra entre os anexos, prevalecerá o que dispõe o Contrato.

23 - DO FORO

23.1 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, 14 de novembro de 2017.

Aquiles José Malvezzi

Diretor da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações



ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento e montagem de mobiliário para os prédios deste Tribunal.

	Item	Descrição	Quantidade Mínima	Quantidade Registrada
Lote	1	MESA DE AUDIÊNCIA PARA DATILÓGRAFO (CÓD.:MAD) , conforme desenho, nas dimensões 0,90 x 0,60 x 0,75m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme abaixo.	5	100
	2	MESA DE COPA (CÓD.: MC) , conforme desenho, nas dimensões 0,70 x 0,70 x 0,75m (comprimento x largura x altura), demais especificações conforme abaixo.	5	50
	3	ARMÁRIO ALTO - PRATELEIRA (CÓD.: AA1) , conforme desenho, nas dimensões 0,80 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme abaixo.	10	50
	4	ARMÁRIO PARA JUIZ (CÓD.: AJ) , X unidades, conforme desenho, nas dimensões 1,20 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme abaixo.	5	50
	5	MÓDULO PARA AUDIÊNCIA (CÓD.:MA) , X unidades, conforme desenho, nas dimensões de 0,90 x 0,26 x 0,80m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme abaixo.	5	50
	6	BALCÃO DE ATENDIMENTO 1 (COD.: BA1) , X unidades, conforme desenho, nas dimensões 1,20 x 1,20 x 1,30 m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme abaixo.	10	50

ESPECIFICAÇÕES:

1) Fornecimento e montagem de MESA DE AUDIÊNCIA PARA DATILÓGRAFO (CÓD.: MAD), conforme desenho, nas dimensões 0,90 x 0,60 x 0,75m (largura x profundidade x altura), com as seguintes características:

1.1. Constituída em madeira aglomerada de alta densidade de 25mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos;

1.1.1. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, colado e prensado a quente;

1.1.2. Tampo único retangular, sobreposto às laterais, bordas frontais arredondadas a 180º em perfil de PVC maciço com 25mm de espessura na cor da lâmina, bordas laterais e posteriores retas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na cor argila;

1.1.3. Painéis laterais e frontais em madeira aglomerada de alta densidade de 25mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos, bordas laterais e posteriores



retas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na mesma cor e padrão do revestimento;

1.1.4. Duas passagens superiores para passagem de fiação elétrica, lógica e telefônica pelo tampo, através de orifícios passa-cabo com pelo menos 50mm de diâmetro e acabamento em polipropileno injetado na cor da lâmina, inclusive tampa apropriada;

1.1.5. Duas passagens laterais para passagem de fiação elétrica, lógica e telefônica pela lateral, através de orifício passa-cabo com pelo menos 50mm de diâmetro e acabamento em polipropileno injetado na cor da lâmina, inclusive tampa apropriada;

1.1.6. Duas bases de conexão estrutural com coluna vertical em tubo de aço (Norma ABNT 1010/1020), com pintura pó epóxi na cor da lâmina, com seção retangular de 0,10 x 0,10m e espessura de 2,5mm que possibilita a passagem de fiação elétrica, lógica e telefônica do piso à canaleta de distribuição, e sapatas niveladoras de piso. A coluna vertical deverá possuir furação para passagem de fios nas quatro faces, na extremidade superior, e em duas faces, na extremidade inferior.

1.1.7. Canaleta em aço com pintura pó epóxi na cor da lâmina sob o tampo, em toda a extensão, para passagem de fiação elétrica e lógica, com seção retangular de, no mínimo, 90 x 55 mm, com um septo, e furação para três tomadas padrão NBR 14.136, com dimensões mínimas de 37,4 x 50,1 mm, e furação para três tomadas RJ45 fêmea padrão Keystone, com dimensões mínimas de 20,1 x 15,1 mm. A parte superior da calha deverá ser totalmente aberta para acesso à fiação e cabeamento lógico. Deverão ser fornecidas 3 tomadas elétricas por canaleta, padrão NBR 14.136, 2P+T, 10A, com certificação do Inmetro;

1.1.8. Um suporte retrátil para teclado, em madeira aglomerada de alta densidade com 20mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, bordas frontais arredondadas a 180º em perfil de PVC maciço com 20mm de espessura na cor da lâmina e laterais retas em ABS colado à quente, padrão hot-melt, na cor argila. Abertura e fechamento com corredeiras deslizantes em aço, rodízios em nylon com sistema de travas;

1.1.9. Niveladores metálicos cromados sextavados com eixo central com parafuso M8x60, zincados, possibilitando variação e ajuste na altura.

1.1.10. Todos os parafusos deverão ser fixados em buchas metálicas, não podendo haver parafusos fixados diretamente na madeira aglomerada.

1.1.11. Todas as partes metálicas deverão ser tratadas contra ferrugem através de processo de fosfatização e receber pintura eletrostática em epóxi-pó na cor da lâmina com secagem em estufa a 220°C.

2) Fornecimento e montagem de MESA DE COPA (CÓD.: MC), conforme desenho, nas dimensões 0,70 x 0,70 x 0,75m (comprimento x largura x altura), com as seguintes características:

2.1. Constituída em madeira aglomerada de alta densidade de 25mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos;



- 2.2. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, colado e prensado a quente;
- 2.3. Tampo único com bordas frontais e posteriores arredondadas a 180º em perfil de PVC maciço com 25mm de espessura na cor da lâmina, e bordas laterais retas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na cor argila;
- 2.4. Base constituída por quatro tubos circulares de aço SAE (Norma ABNT 1020/1040), com 3mm de espessura, com diâmetro de 50mm, com pintura pó epóxi na cor da lâmina e proteção junto ao piso em poliestileno de alta densidade, soldados ao fechamento de perímetro também em aço SAE (Norma ABNT 1020/1040), com 3mm de espessura e 10cm de altura, com pintura pó epóxi na cor da lâmina;
- 2.5. Niveladores metálicos cromados sextavados com eixo central com parafuso M8x60, zincados, possibilitando variação e ajuste na altura.
- 2.6. Todos os parafusos deverão ser fixados em buchas metálicas, não podendo haver parafusos fixados diretamente na madeira aglomerada.
- 2.7. Todas as partes metálicas deverão ser tratadas contra ferrugem através de processo de fosfatização e receber pintura eletrostática em epóxi-pó na cor da lâmina com secagem em estufa a 220°C.

3) Fornecimento e montagem de ARMÁRIO ALTO – PRATELEIRA (CÓD.: AA1), conforme desenho, nas dimensões 0,80 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura), com as seguintes características:

- 3.1. Laterais, tampo inferior e portas constituídas em madeira aglomerada de alta densidade de 20mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos.
- 3.2. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, colado e prensado a quente.
- 3.3. Tampo constituído em madeira aglomerada de alta densidade de 25mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos, com bordas frontais arredondadas a 180º em perfil de PVC maciço com 25mm de espessura na cor da lâmina, e bordas laterais e posteriores retas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na mesma cor e padrão do revestimento.
- 3.4. Laterais com bordas retas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na mesma cor e padrão do revestimento.
- 3.5. Fundo em aglomerado de 12 mm de espessura, revestido em laminado melamínico de alta pressão em ambas as faces, fixado ao tampo, laterais e base com mini fix, com travamento interno em chapa de aço pintadas em epóxi.
- 3.6. Duas portas de abrir em ângulo de 90°.
- 3.7. Niveladores metálicos cromados sextavados com eixo central com parafuso M8x60, zincados, possibilitando variação e ajuste na altura.
- 3.8. Dobradiças e fechaduras de cilindro em aço.



- 3.9. Puxadores em alumínio injetado na cor da lâmina.
- 3.10. Três prateleiras internas reguláveis, em madeira aglomerada de alta densidade, com espessura de 20mm, revestidas em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, fixadas por meio de suportes metálicos de apoio. Regulagem da altura das prateleiras em toda a lateral do armário, com passos de, no máximo, 50mm.
- 3.11. Base de aço (ABNT 1010/1020), com seção de no mínimo 20x30mm e espessura de 2mm, na cor da lâmina.
- 3.12. Todos os parafusos deverão ser fixados em buchas metálicas, não podendo haver parafusos fixados diretamente na madeira aglomerada.
- 3.13. Todas as partes metálicas deverão ser tratadas contra ferrugem através de processo de fosfatização e receber pintura eletrostática em epóxi-pó na cor da lâmina com secagem em estufa a 220°C.

4) Fornecimento e montagem de ARMÁRIO PARA JUIZ (CÓD.: AJ), conforme desenho, nas dimensões 1,20 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura), com as seguintes características:

- 4.1. Laterais, base e portas constituídas em madeira aglomerada de alta densidade de 20mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos.
- 4.2. Tampo constituído em madeira aglomerada de alta densidade de 25mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos, com bordas frontais arredondadas a 180º em perfil de PVC maciço com 25mm de espessura na cor da lâmina, e bordas laterais e posteriores retas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na mesma cor e padrão do revestimento.
- 4.3. Fundo em aglomerado de 12 mm de espessura, revestido em laminado melamínico de alta pressão em ambas as faces, fixado ao tampo, laterais e base com mini fix, com travamento interno em chapa de aço pintadas em epóxi.
- 4.4. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, colado e prensado a quente.
- 4.5. Três portas de abrir em ângulo de 90°, conforme desenho.
- 4.6. Niveladores metálicos sextavados com eixo central com parafuso M8x60, zincados, possibilitando a variação na altura.
- 4.7. Dobradiças e fechaduras de cilindro em aço.
- 4.8. Puxadores em alumínio injetado na cor da lâmina.
- 4.9. Prateleiras reguláveis, em madeira aglomerada de alta densidade, com espessura de 20mm, revestidas em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, fixadas por meio de suportes metálicos de apoio. Regulagem da altura das prateleiras em toda a lateral do armário, com passos de, no máximo, 50mm.
- 4.10. Suporte para cabides em alumínio tubular, fixado por meio de suportes metálicos de apoio.
- 4.11. Base de aço (ABNT 1010/1020), com seção de no mínimo 20x30mm e espessura de 2mm.



4.12. Todos os parafusos deverão ser fixados em buchas metálicas, não podendo haver parafusos fixados diretamente na madeira aglomerada.

4.13. Todas as partes metálicas deverão ser tratadas contra ferrugem através de processo de fosfatização e receber pintura eletrostática em epóxi-pó na cor da lâmina com secagem em estufa a 220°C.

5) Fornecimento e montagem de MÓDULO PARA AUDIÊNCIA (CÓD.:MA), conforme desenho, nas dimensões de 0,90 x 0,26 x 0,80m (largura x profundidade x altura), com as seguintes características:

5.1. Constituído em madeira aglomerada de alta densidade de 20mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos.

5.2. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, colado e prensado a quente, com bordas frontais, laterais e posteriores retas em ABS, espessura de 20mm, colado à quente, padrão hot-melt, na mesma cor e padrão do revestimento.

5.3. Uma prateleira e uma divisória, em madeira aglomerada de alta densidade, com espessura de 20mm, revestidas em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, fixadas por meio de suportes metálicos de apoio.

5.4. Base de aço (ABNT 1010/1020), com seção de no mínimo 20x30mm e espessura de 2mm.

5.5. Niveladores metálicos cromados sextavados com eixo central com parafuso M8x60, zincados, possibilitando variação e ajuste na altura.

5.6. Todos os parafusos deverão ser fixados em buchas metálicas, não podendo haver parafusos fixados diretamente na madeira aglomerada.

5.7. Todas as partes metálicas deverão ser tratadas contra ferrugem através de processo de fosfatização e receber pintura eletrostática em epóxi-pó na cor da lâmina com secagem em estufa a 220°C.

6) Fornecimento e montagem de BALCÃO DE ATENDIMENTO 1 (COD.: BA1), conforme desenho, nas dimensões 1,20 x 1,20 x 1,30 m (largura x profundidade x altura), com as seguintes características:

6.1. Constituída em madeira aglomerada de alta densidade de 25mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos,

6.2. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, colado e prensado a quente.

6.3. Tampo com bordas frontais e posteriores arredondadas a 180º em perfil de PVC maciço com 25mm de espessura na cor da lâmina.

6.4. Painéis laterais e frontal em madeira aglomerada de alta densidade de 25mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos, bordas laterais retas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na mesma cor e padrão do revestimento.



6.5. Duas passagens superiores para passagem de fiação elétrica, lógica e telefônica pelo tampo, através de orifícios passa-cabo com pelo menos 50mm de diâmetro e acabamento em polipropileno injetado na cor da lâmina, inclusive tampa apropriada.

6.6. Canaleta em aço com pintura pó epóxi na cor da lâmina sob o tampo, em toda a extensão, para passagem de fiação elétrica e lógica, com seção retangular de, no mínimo, 90 x 55 mm, com um septo, e furação para três tomadas padrão NBR 14.136, com dimensões mínimas de 37,4 x 50,1 mm, e furação para três tomadas RJ45 fêmea padrão Keystone, com dimensões mínimas de 20,1 x 15,1 mm. A parte superior da calha deverá ser totalmente aberta para acesso à fiação e cabeamento lógico. Deverão ser fornecidas 3 tomadas elétricas por canaleta, padrão NBR 14.136, 2P+T, 10A, com certificação do Inmetro;

6.7. Um suporte retrátil para teclado, em madeira aglomerada de alta densidade com 20mm de espessura, com tratamento antibactericida contra cupins e fungos. Revestimento interno e externo, em laminado melamínico de alta pressão na cor argila, bordas frontais arredondadas a 180º em perfil de PVC maciço com 20mm de espessura na cor da lâmina e laterais retas em ABS colado à quente, padrão hot-melt, na cor argila. Abertura e fechamento com corrediças deslizantes em aço, rodízios em nylon com sistema de travas.

6.8. Niveladores metálicos cromados sextavados com eixo central com parafuso M8x60, zincados, possibilitando variação e ajuste na altura.

6.9. Todos os parafusos deverão ser fixados em buchas metálicas, não podendo haver parafusos fixados diretamente na madeira aglomerada.

6.10. Todas as partes metálicas deverão ser tratadas contra ferrugem através de processo de fosfatização e receber pintura eletrostática em epóxi-pó na cor da lâmina com secagem em estufa a 220°C.

- A impressão do selo e do código da certificação florestal deverá vir, no mínimo, estampada na embalagem dos materiais. E tem como objetivo assegurar que o fabricante dos materiais acabados possui a mencionada certificação.

NOTAS COMPLEMENTARES

1. O mobiliário deverá seguir o mesmo desenho, padrão e acabamento dos já existentes no Tribunal;
2. As medidas deverão ser verificadas no local;
3. Todas as partes dos móveis, incluindo as prateleiras dos armários e os painéis frontais e laterais das mesas, deverão possuir todas as bordas laterais, frontais e posteriores retas revestidas em ABS, espessura de 2mm, colado à quente, padrão hot-melt, na mesma cor e padrão do revestimento, mesmo em casos em que as mesmas não estejam aparentes. Não serão aceitas peças com aglomerado sem borda;
4. As medidas dos móveis poderão oscilar para mais ou para menos, da forma abaixo descrita:
Comprimento – até 02 (dois) cm;
Largura – até 02 (dois) cm;
Profundidade – até 03,5 (três e meio) cm;



Altura – até 02 (dois) cm;

Espessura – até 02 (dois) mm;

5. Quaisquer dúvidas ou alterações no projeto deverão ser submetidas à aprovação e apreciação da Seção de Marcenaria e Carpintaria – fone: (11) 3525-9000, ramais 9246 / 9705;

6. As datas de entrega e montagem do mobiliário serão definidas por esta Coordenadoria de Material e Patrimônio, obedecendo ao prazo de 30 dias a partir da oficialização do pedido. Deverá ser agendada uma data exata para realização de entrega e montagem, a fim de possibilitar a autorização de entrada no local e facilitar o agendamento com as Seções interessadas. Essa data deverá ser definida com pelo menos 5 dias de antecedência, a fim de preparar o espaço para receber o material a ser entregue/montado;

7. A montagem do mobiliário deverá ser realizada juntamente com a entrega, exceto nas entregas realizadas no Almoxarifado ou em casos em que houver solicitação específica deste Tribunal;

8. A entrega e a montagem do mobiliário deverão ser efetuadas pela empresa executora do mesmo, em cada local, conforme layouts, endereços e datas a serem definidos por este Tribunal, no prazo máximo de 30 dias após a oficialização do pedido;

9. O mobiliário será considerado entregue, para fins de liberação de nota fiscal para pagamento, somente após a conclusão da montagem e posicionamento dos itens conforme o layout solicitado;

10. No caso de mobiliário entregue no Almoxarifado, para montagem posterior conforme necessidade deste Tribunal, cada item deverá ser entregue embalado individualmente, com todas as peças que o compõem, inclusive parafusos e peças menores, com identificação do item na embalagem, a fim de facilitar o controle e o transporte dos itens ao local de montagem pelo Almoxarifado deste Tribunal;

11. A proposta deverá conter indicação do prazo de garantia do mobiliário, não podendo ser inferior a 5 (cinco) anos, contados a partir do aceite definitivo pelo Tribunal;

12. Materiais estrangeiros poderão ser fornecidos quando possuírem representantes oficiais credenciados no Brasil e quando assegurada pelo fabricante a disponibilidade de peças de reposição, assistência técnica e garantia pelo período mínimo de 5 anos em território nacional;

13. Caso não corresponda à qualidade exigida ou não atenda aos itens constantes desta Especificação, os produtos serão recusados e deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus adicional para este Tribunal;

14. Todos os produtos ofertados deverão estar em conformidade, no que couber, com a NR17 do Ministério do Trabalho e as normas NBR 13961/10, 13964/03, 13966/08, 13967/09, 14043/98, 14044/98, 14046/98, 14048/98, 14049/03, 14113/98 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

15. Deverão ser ofertados móveis confeccionados com materiais de primeira qualidade, com laminado homogêneo seguindo a mesma tonalidade em todos os lotes fornecidos;

16. Não serão aceitas peças metálicas com “rebarbas” nos furos, as quais danificam os fios;

17. Não serão aceitas ferragens com pintura eletrostática em epóxi-pó em tonalidade diferente do revestimento (argila);

18. Não serão aceitas peças com emendas no revestimento, inclusive as peças de amostra. Nos casos em que houver necessidade, deverá ser usada Fórmica gigante ou similar;

19. Não serão aceitas peças com manchas, riscos, bolhas ou quaisquer outros defeitos no acabamento;



20. O mobiliário montado deverá ser entregue limpo, em perfeitas condições de uso, sem resquícios de cola, etiquetas, demarcações e afins;
21. Não serão aceitos, sob quaisquer pretextos, móveis que não atendam aos requisitos pré-estabelecidos. Assim, as empresas que cotarem deverão estar cientes das especificações requeridas;
22. Durante a entrega e montagem, deverá ser preservada a integridade do ambiente, incluindo pisos, paredes, portas, esquadrias, escadas e elevadores. Qualquer dano causado ao local de instalação será de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo ser prontamente reparado, sem qualquer ônus para este Tribunal;
23. As equipes de entrega e montagem deverão ser compostas de, no mínimo, quatro pessoas;
24. Por se tratar de mobiliário projetado especificamente para as necessidades deste Tribunal, a equipe de montagem deverá ser formada por montadores qualificados para tanto, a fim de garantir a conclusão do serviço dentro do prazo.



ANEXO A.I

TERMO DE GARANTIA DO FORNECEDOR – PG-049/2015

OBJETO: Fornecimento e montagem de mobiliário.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____SSP/____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, compromete-se a prestar garantia durante o prazo de, no mínimo, **5 (cinco) anos**, contados da data do recebimento definitivo dos materiais fornecidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

A garantia deverá ser prestada nos casos de defeitos/danos/vícios dos materiais e estes deverão ser reparados ou substituídos pelo fornecedor, às suas expensas, no total ou em parte, em prazo não superior a **5 (cinco) dias**, contados a partir do envio de *e-mail* correspondente, sob pena de aplicação de multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor do item empenhado, por dia de atraso, com registro no SICAF.

A retirada e entrega do material, no período de garantia, deverá ocorrer na Seção de Almoxarifado, situado na cidade de São Paulo/SP, ou no local de instalação do material.

Caso seja necessária a substituição do material, quando houver impossibilidade de reparação, caberá ao fornecedor retirá-lo no prazo de 15 (quinze) dias úteis sob pena de perdimento dos bens em favor deste Regional, que dará a eles o destino que melhor lhe aprouver.

A multa pelo descumprimento da garantia deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento da notificação, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, apresentando o respectivo comprovante, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

São Paulo, ____ de ____ de 2017.

(carimbo)
(assinatura do representante legal com firma reconhecida em Cartório)
(empresa)

Obs.: Este Termo de Garantia deverá ser enviado junto à Nota Fiscal, conforme item 18.1.1 do instrumento convocatório.



ANEXO B

MINUTA DA ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º __/2017 – PG-104/2017

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, C.N.P.J. n.º 03.241.738/0001-39, com sede na Rua da Consolação n.º 1.272, São Paulo/SP, representado neste ato por seu Desembargador Presidente, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 104/2017, para Registro de Preços, Ata de julgamento de Preços, divulgada no Comprasnet e devidamente homologada, RESOLVE registrar os preços do objeto do pregão acima citado, conforme abaixo:

	Item	Descrição	Qtde. Mínima	Qtde. Registrada	Preço Unitário
Lote	1	MESA DE AUDIÊNCIA PARA DATILÓGRAFO (CÓD.:MAD), nas dimensões 0,90 x 0,60 x 0,75m (largura x profundidade x altura).	5	100	
	2	MESA DE COPA (CÓD.: MC), nas dimensões 0,70 x 0,70 x 0,75m (comprimento x largura x altura).	5	50	
	3	ARMÁRIO ALTO - PRATELEIRA (CÓD.: AA1), nas dimensões 0,80 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura).	10	50	
	4	ARMÁRIO PARA JUIZ (CÓD.: AJ), X unidades, nas dimensões 1,20 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura).	5	50	
	5	MÓDULO PARA AUDIÊNCIA (CÓD.:MA), X unidades, nas dimensões de 0,90 x 0,26 x 0,80m (largura x profundidade x altura).	5	50	
	6	BALCÃO DE ATENDIMENTO 1 (COD.: BA1), X unidades, nas dimensões 1,20 x 1,20 x 1,30 m (largura x profundidade x altura).	10	50	
Registrado: CNPJ: Endereço: Representante Legal:					

Este instrumento não obriga o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdades de condições. O presente registro de preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. A assinatura da presente ata implicará plena aceitação, por parte do fornecedor, das condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos. A presente ata será publicada em forma de extrato no Diário Oficial da União. Qualquer alteração na presente ata somente poderá ser realizada mediante termo aditivo formalizado entre as partes. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, de de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO

RAZÃO SOCIAL
REPRESENTANTE LEGAL



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 104/2017

ANEXO C

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 104/2017

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.:

Fax:

Cel:

OPTANTE DO SIMPLES: () SIM

() NÃO

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento e montagem de mobiliário para os prédios deste Tribunal.

Lote	Item	Descrição	Quantidade registrada	Valor unitário	Valor total
1	1	MESA DE AUDIÊNCIA PARA DATILÓGRAFO (CÓD.:MAD), conforme desenho, nas dimensões 0,90 x 0,60 x 0,75m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme Anexo A.	100		
	2	MESA DE COPA (CÓD.: MC), conforme desenho, nas dimensões 0,70 x 0,70 x 0,75m (comprimento x largura x altura), demais especificações conforme Anexo A.	50		
	3	ARMÁRIO ALTO - PRATELEIRA (CÓD.: AA1), conforme desenho, nas dimensões 0,80 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme Anexo A.	50		
	4	ARMÁRIO PARA JUIZ (CÓD.: AJ), X unidades, conforme desenho, nas dimensões 1,20 x 0,50 x 1,60m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme Anexo A.	50		
	5	MÓDULO PARA AUDIÊNCIA (CÓD.:MA), X unidades, conforme desenho, nas dimensões de 0,90 x 0,26 x 0,80m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme Anexo A.	50		
	6	BALCÃO DE ATENDIMENTO 1 (COD.: BA1), X unidades, conforme desenho, nas dimensões 1,20 x 1,20 x 1,30 m (largura x profundidade x altura), demais especificações conforme Anexo A	50		
VALOR GLOBAL					

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

São Paulo, _____ de _____ de 2017.

(Representante da Empresa)



ANEXO D

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr (a) _____, Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

(Representante da Empresa)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 104/2017

ANEXO E

DESENHOS

Arquivo em PDF